





## VARIAÇÕES DA ALMA (QUASE) SELVAGEM

Uma leitura pós-colonial de *Vidas secas*,  
de Graciliano Ramos

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300202400020008>

ALFREDO MELO\*

### RESUMO

Neste artigo argumentamos, por meio da análise de *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, que a crítica social frequentemente atribuída ao romance de 1930 precisa ser mais detalhadamente examinada, uma vez que apresenta um ataque frontal não apenas à estrutura social arcaica, mantida pelas oligarquias rurais, mas também a um suposto atraso cultural do povo brasileiro, que precisaria ser devidamente resgatado e civilizado.

**PALAVRAS-CHAVE:** progresso; Graciliano Ramos; *Vidas secas*

Variations of the (Almost) Savage Soul:  
A Postcolonial Reading of *Vidas secas*  
by Graciliano Ramos

### ABSTRACT

This paper argues that the social critique frequently associated with the novel *Vidas secas* needs a more comprehensive and in-depth analysis because such critique does not simply involve a direct assault on the antiquated social structure perpetuated by local oligarchies but also on the alleged cultural backwardness of the Brazilian people, which would have to be properly uplifted and civilized through a progressive nation-building project.

**KEYWORDS:** progress; Graciliano Ramos; *Vidas secas*

*O Brasil é um Império britânico  
de si mesmo, e sem dispersão.*

(João Cabral de Melo Neto, “Conversa  
em Londres”, Agrestes, 1952)

[\*] Universidade Estadual de  
Campinas (Unicamp), Campinas,  
SP, Brasil. E-mail: [alfmelo@unicamp.br](mailto:alfmelo@unicamp.br)

### INTRODUÇÃO

Na história literária brasileira, o romance social de 1930 foi considerado frequentemente um sinônimo de crítica social. Em parte, tal imagem foi forjada pelos próprios romancistas de 1930. É o caso de Graciliano Ramos, que em artigo publicado em 1937, intitulado “Norte e Sul”, argumenta que a grande distinção a ser feita na

literatura brasileira não é de ordem geográfica, mas ideológica. Para Graciliano Ramos (1967, p. 142), há romancistas “que gostam de escrever sobre coisas que existem na realidade” e outros que “preferem tratar de fatos existentes na imaginação” (ibidem, p. 142). Enquanto o primeiro grupo expõe “coisas que realmente existem”, como “facas de ponta, chapéus de couro, cenas espalhafatosas, religião negra, o canção e o eito” (ibidem, p. 142), o segundo fabrica “nos romances um mundo diferente deste, uma confusa humanidade só de almas, cheias de sofrimentos atrapalhados que o leitor comum não entende” (ibidem, p. 142). Ao defender o romance social e desqualificar o romance intimista e psicológico, Graciliano revela o seu parâmetro para avaliar a literatura brasileira: os romances relevantes seriam aqueles que se conectavam às vivências concretas da sociabilidade brasileira e faziam referência aos problemas nacionais.

Em seu incontornável balanço da literatura e da cultura dos anos 1930, o crítico literário João Luiz Lafetá (2000, p. 30) considera que o romance social de 1930 já não se prestava mais à tarefa de “ajustar o quadro cultural do país a uma realidade mais moderna”, mas estaria engajado na missão de “reformular ou revolucionar essa realidade, de modificá-la profundamente, para além (ou para além...) da proposição burguesa”. Por sua vez, Antonio Candido (1989) avalia o romance social da década de 1930 como uma pré-consciência do subdesenvolvimento, capaz de apontar o caráter estrutural (e combinado com o sistema capitalista) do atraso brasileiro. A crítica social geraria um diagnóstico impiedoso das iniquidades, injustiças e explorações sofridas pelo povo e, a partir desse diagnóstico, uma plataforma de ação reformista/revolucionária/modernizadora deveria ser construída. Nesse esquema, existe sempre um outro a ser combatido e superado pelo progressista/revolucionário/reformista. No mais das vezes, vemos esse outro como uma elite exploradora, incompetente, patrimonialista e alienada, historicamente vinculada ao fracasso da República oligárquica instaurada em 1889. Uma elite que encarnaria todo o atraso a ser combatido e superado. Assim, para o romance social da década de 1930, a luta se colocaria de modo nítido: de um lado, os aliados do progresso, com sua visão moderna de nação, combatendo, do outro lado, o atraso promovido pelas oligarquias parasitárias da miséria social.

O embate político do progressismo, no entanto, não se dá apenas contra as estruturas de poder corrompidas pelas oligarquias ou determinados estamentos de classe. Tal combate também se dá contra aqueles que são considerados outros tipos de atraso: o do povo, da cultura popular, das suas formas de vida consideradas improdutivas e incompatíveis com um projeto moderno de nação. Esse aspecto, que muito interessa aos estudos pós-coloniais, tem sido negligenciado

historicamente pela crítica literária brasileira, que costuma jogar luz quase somente no aspecto progressista da crítica social empreendida pelo romance de 1930.

Este estudo pretende produzir algum estranhamento na crítica literária e mostrar que, para os romances dessa década, o atraso a ser combatido não apenas compreende uma luta social, política e econômica de classes — a classe média urbana e radicalizada criticando elites latifundiárias em nome de um povo espoliado e sem voz —, mas também engendra outras dinâmicas de poder, inclusive colonial, até aqui pouco examinadas: a da classe média progressista clamando por uma modernização cultural (ou ocidentalização) das classes subalternas supostamente arcaicas.

Essa nova angulação permite revisitar certas obras fundamentais da literatura brasileira, como é o caso de *Vidas secas* (1938), último romance de Graciliano Ramos e o único em que o autor se utilizou do discurso indireto livre. O romance é avaliado por muitos críticos como exemplo de apuro formal, precisão vocabular e sofisticado engajamento político, já que denuncia a situação de miséria e exploração do sertanejo brasileiro, sem fazer qualquer concessão no plano estético. Antonio Candido (1992, p. 107) identifica na voz narrativa do romance “uma certa objetividade de relator”, representando os quadros da vida sertaneja “sem subterfúgios ou ilusionismos”. Walnice Nogueira Galvão (1972, p. 57) elogia o romance por sua “espantosa desideologização da linguagem” a serviço da “pesquisa da posição ontológica do sertanejo pobre no mundo contemporâneo”. Luís Bueno (2006, p. 664) afirma que Graciliano Ramos, em *Vidas secas*, “fora capaz de preservar o outro, com toda a sua complexidade e com suas razões, e assim, nessa inteireza, interessar-se por ele”. Desse modo, a narrativa quase translúcida, objetiva e desideologizada de *Vidas secas* faria justiça ao subalterno representado no romance. Além dessas caracterizações sobre a linguagem romanesca de *Vidas secas*, o romance é frequentemente considerado portador de uma crítica acerba ao projeto de modernização conservadora (Santiago, 1987; Miranda, 2000; Pacheco, 2015), que então se iniciava sob a ditadura de Getúlio Vargas.

A tese que apresentamos vai em direção contrária. Apesar de apresentar um retrato que *parece* objetivo e “desideologizado” do sertanejo brasileiro — e esse é um inegável mérito literário do romance —, *Vidas secas* é uma narrativa fundamentada na ideologia do progresso, que problematiza a malograda integração do sertanejo ao mundo moderno, reverberando demandas políticas e hierarquizações culturais muito concretas no Brasil dos anos 1930, relacionadas a uma crescente modernização das relações sociais. Para defender essa tese, primeiramente, descreveremos como Euclides da Cunha transforma o tema do progressismo em forma literária, construindo um discurso que destaca o

caráter reformável do sertanejo: um povo considerado atrasado e ignorante, mas com imenso potencial de ser o futuro (ocidentalizado) do país. Em seguida, explicaremos como tal mecanismo retórico também está presente em *Vidas secas* por meio do uso do discurso indireto livre. Por fim, serão traçadas semelhanças entre a visão de Brasil do romance *Vidas secas*, a de Graciliano e aquela do Estado Novo.

## IDEOLOGIA DO PROGRESSO

É um desafio definir uma tradição intelectual que se desdobra por mais de dois séculos e abrange perfis intelectuais tão variados como Hipólito da Costa, José Bonifácio de Andrada e Silva, Joaquim Nabuco, André Rebouças, Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Caio Prado Júnior, e, como veremos, Graciliano Ramos. Dissertando sobre a matriz do pensamento progressista brasileiro — o Iluminismo português em terras brasileiras —, Antonio Candido (1997, p. 227) enumera alguns de seus temas principais: “ânsia de instrução, crença na educação para plasmar o homem na sociedade, [...] desejo de reformas políticas, patriotismo, confiança na razão para impor as normas do progresso”. O historiador José Murilo de Carvalho (2003, p. 67) caracteriza o Iluminismo português influente no Brasil como “essencialmente progressista, reformista, nacionalista e humanista”. Candido (1997, p. 227) reconhece que os temas principais da “nossa *Aufklärung*” passaram “em grande parte às gerações posteriores”, isto é, formaram uma tradição intelectual e política.

Apesar das inúmeras diferenças de época e de contexto intelectual e ideológico que há entre as obras de tão variados intelectuais, é possível perceber algumas “semelhanças de família” nessa larga tradição. O perfil do intelectual progressista no Brasil consiste no letrado: a) com visão de mundo secular (muitos tiveram educação científica e/ou anticlerical); b) alinhado à imaginação política da Europa moderna, admirador de alguma ideologia herdeira do Iluminismo, como o liberalismo ou o socialismo; e c) mostrando-se, em geral, bastante crítico à cultura popular como fonte imaginativa para um projeto político alternativo.

Como afirma o marquês de Condorcet (2013), publicista iluminista e autor de *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*, um dos pressupostos do paradigma progressista é o da perfectibilidade, isto é, a ideia de que todos os seres humanos, independentemente do seu nível social e cultural, têm as mesmas capacidades cognitivas e morais para se aperfeiçoarem. Logo se verá que o modo como o verbo reflexivo “aperfeiçoar-se” é empregado nesses discursos poderia facilmente ser compreendido como sinônimo de ocidentalizar-se ou modernizar-se.

O patriarca da independência, o ilustrado José Bonifácio de Andrada e Silva (2000, p. 50), chegou a conjecturar que, se Newton tivesse nascido “entre os guaranis, seria mais um bípede que pisara sobre a superfície da Terra”, enquanto “um guarani criado por Newton talvez ocupasse o seu lugar”. Newton e os guaranis só teriam em comum a humanidade — eram bípedes que habitavam a Terra —, já que o estoque cultural do primeiro, na visão eurocêntrica de José Bonifácio, seria vastamente superior ao do segundo. Mas, ainda de acordo com esse raciocínio, um guarani poderia, bem instruído por Newton, chegar ao mesmo nível do mestre. Depreende-se desse esquema que os seres humanos compartilham do mesmo *hardware* (mesmas capacidades físicas e cognitivas), mas possuem *softwares* (estoques culturais) muito distintos um do outro, sendo, portanto, imperativo que *softwares* atualizados sejam “instalados” o mais brevemente possível.

No período que corresponde ao intervalo entre o último quartel do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a retórica do progresso foi fartamente abastecida pelo vocabulário reformista da eugenia. Segundo Nancy Stepan (1991, pp. 35-60), a ideologia eugenista no Brasil manifestou-se como um discurso reformista de tons neolamarckianos. Ao contrário de suas contrapartes mendelianas, sempre tão focadas nos caracteres inatos da hereditariedade, os eugenistas neolamarckianos acreditavam que melhoramentos da raça poderiam ser obtidos por meio de mudanças no ambiente. Era um consenso entre os adeptos do ideário neolamarckiano no Brasil que, pelo bom uso da nutrição, do saneamento, da higiene, da atividade física e da educação, a população brasileira poderia atingir um outro patamar de vigor, tanto físico como intelectual. A intersecção entre progressismo e neolamarckismo estava na crença de que povos, como o brasileiro, seriam *reformáveis*.<sup>1</sup>

Talvez a mais notória e impactante obra do paradigma progressista brasileiro seja *Os sertões*, de Euclides da Cunha. Com grande perícia retórica, a obra imprime um senso de urgência à missão de reformar os “rudes sertanejo” e, desse modo, integrá-los à dita civilização moderna. Como um típico ensaio de interpretação nacional, *Os sertões* é um livro travejado por contradições e dicções várias, adaptando de modo eclético as mais diversas perspectivas ideológicas sobre o Brasil. Se, por um lado, aposta na capacidade do povo sertanejo de ser reformado, compreendendo tal povo como o “cerne da nacionalidade” (Cunha, 2001, p. 766), por outro considera inviável a miscigenação dos “mestiços neurastênicos do litoral” (ibidem, p. 207). O suposto desequilíbrio nervoso do miscigenado era avaliado por Euclides (ibidem, p. 200, 204) como “incurável”, gerando “órgãos mal constituídos”, incapazes de exercer funções altamente complexas. Apesar de Euclides mobilizar uma variedade de ideologias raciais, *Os sertões*

[1] Em seu livro *O espetáculo das raças*, Lília Schwarcz argumenta que os cientistas brasileiros procuravam adaptar as mais variadas teorias raciais com a finalidade de vislumbrar um futuro viável para o Brasil. Segundo ela, muito mais produtivo que criticar “o uso ingênuo do modelo de fora” seria “refletir sobre a originalidade do pensamento racial brasileiro que, em seu esforço de adaptação, atualizou o que combinava e descartou o que de certa forma era problemático para a construção de um argumento racial no país” (Schwarcz, 1993, p. 19). Para Euclides da Cunha, é o caráter reformável do povo sertanejo o que garantiria a viabilidade do Brasil enquanto nação ocidental moderna (Cunha, 2001, p. 203).

será canonizado e institucionalizado como livro que valoriza as populações interioranas e enaltece suas virtualidades.<sup>2</sup>

Em *Os sertões* há um projeto de tanto *ocidentalizar* as massas ditas bárbaras e ignaras quanto de *nacionalizar* a elite vista como alienada, cosmopolita e descomprometida com o futuro do país. Os dois movimentos vêm articulados e a obra principal de Euclides é impensável sem essa coordenação. A lógica *nacional-ocidental* acaba exercendo uma força centrípeta no projeto de construção da nação. Em *Os sertões*, a busca por nacionalizar a elite puxa o nefelibata cosmopolita para o chão histórico das questões nacionais, enquanto a ocidentalização do povo visa a uma suposta elevação cultural do bárbaro telúrico, que passará a participar da contemporaneidade da nação. A força centrípeta age assim de modo integrativo, juntando polos antagônicos da sociedade: o letrado desenraizado, que precisa ter seu pé trazido para o chão da realidade brasileira, e o tabaréu enraizado demais no seu rincão, que precisa transcender o concreto da sua realidade limitada e elevar-se à abstração mínima da cidadania. Ocidentalizar o povo, na história do pensamento brasileiro, poderia representar tanto o branqueamento étnico da população — o “influxo de sangue caucásico” apregoado por Joaquim Nabuco (2000, p. 237) — ou uma ocidentalização cultural,<sup>3</sup> ganhando muitas vezes o nome mais tecnocrático e supostamente neutro de “modernização”.

É importante destacar quais são as principais articulações da engrenagem discursiva montada por Euclides da Cunha, adensando uma tradição que, como veremos, também terá em Graciliano Ramos um dos seus seguidores. Tais articulações seriam:

- A representação ambivalente do sertanejo (bárbaro/Titã acobreado), na qual são constatadas a condição pobre e primitiva do presente (bárbaro) e apontadas as potencialidades contidas no próprio sertanejo (Titã acobreado), que poderiam ser desveladas e desenvolvidas na hipótese de os sertanejos serem integrados à civilização ocidental moderna. Em outras palavras: o sertanejo como elemento maleável e redimível pelo projeto civilizatório ocidental.
- A descrição do sertanejo como desprovido de capacidade para entrar na vida moderna por conta própria, uma vez que o sertanejo, na tentativa de buscar soluções para os seus problemas recorrendo apenas à sua imaginação política, findava por embarcar em projetos arcaizantes, sendo a revolta de Canudos, com seu messianismo sebastianista, um exemplo bem-acabado desse ímpeto irracionalista. Tal descrição funcionaria como um convite ao leitor urbano para exercer a função cívica, ilustrada e mediadora de integrar o sertanejo à civilização por meio de uma gramática política moderna consequente.

[2] Sobre a institucionalização e canonização de *Os sertões*, ver Regina Abreu (1998).

[3] Deve-se enfatizar que tal tradição de pensamento gerou ações que se desdobraram nas políticas públicas, sobretudo na educação ao longo do século XX, como mostra Jerry Dávila no seu livro *Diploma de brancura* (2006). Estudando a política educacional entre 1917 e 1945, Dávila argumenta que a escola brasileira estava empenhada em consolidar a “raça brasileira”, “uma etnicidade comum a que todos os brasileiros iriam pertencer assim que removessem as condições culturais e higiênicas inferiores” (ibidem, p. 56). Para Dávila, isso significava, na prática, “o branqueamento comportamental, ou seja, descartar as práticas culturais africanas e indígenas” (ibidem, p. 56). Trata-se de uma política que possui imensas afinidades com o projeto de Euclides da Cunha, José Bonifácio e outros intelectuais progressistas: a adesão à cultura ocidental e o descarte das culturas africanas, indígenas ou ibéricas arcaicas.

Nessa visão ilustrada e progressista, o povo é maleável e pode ser resgatado pelas forças civilizatórias (ocidentais), ainda que seja preciso ter cuidado para esse mesmo povo não vagar em outras direções, sobretudo se a ele for permitido guiar-se por sua imaginação e política supostamente bronca e primitiva. Entrevê-se aí a hierarquia.

#### **A FIGURAÇÃO DO NARRADOR QUE REPRESENTA O PENSAMENTO DO POVO**

Como representar o que se passa na alma de pessoas “primitivas e brancas”? Como auscultar os sentimentos de gente “quase selvagem”? Enfim, como dar conta literariamente da voz — quase sempre abafada — do outro? Esse conjunto de questões perpassa toda a obra ficcional de Graciliano Ramos, constituindo aquilo que Luiz Costa Lima (2007, p. 437) chama de complexo de caeté, isto é, “a busca de captar imaginariamente a alteridade do que não se é”. Segundo ele, no romance *Caetés* “o complexo aparece para que se declare a impossibilidade de ser cumprido” (ibidem, p. 438). O narrador do romance, João Valério, vive uma crise por não conseguir dar prosseguimento ao romance que estava escrevendo sobre os caetés, pois considerava que os seus personagens não tinham verossimilhança, e que deles apenas sabia que “existiram, andavam nus e comiam gente” (Ramos, 1978, p. 39). Valério confessa não saber nada de caciques e afirma que “[m]elhor seria compor uma novela em que arrumasse Anatásio, o dr. Liberato, Nicolau Varejão, o Pinheiros, d. Engrácia” (ibidem, p. 74), isto é, que representasse as pessoas com quem convivia cotidianamente na provinciana Palmeira dos Índios. Valério assim resume seu fracasso em escrever um romance sobre os caetés: “sou incapaz de saber o que se passa na alma de um antropófago” (ibidem, p. 119). Apesar de ser considerado pela crítica o romance menos pungente de Graciliano Ramos, *Caetés* é a narrativa-matriz da sua poética realista ou, para usar a expressão de Costa Lima, o tema central do romance de estreia seria um “coágulo constante”, que não se dissolverá na sua obra posterior. São vários os posicionamentos de Graciliano, ao longo de sua trajetória de escritor, que se assemelham aos juízos de João Valério sobre a impossibilidade de representar o outro, a começar pelo postulado de que um romancista só deve escrever aquilo que vivencia ou conhece. Perguntado pela revista *Renovação* sobre o motivo que levava proletários a não lerem obras da literatura brasileira, Graciliano Ramos (2014, p. 141) responde: “como iria eu dizer por que um operário não gosta de um livro, se não sou um operário?”. Graciliano só poderia opinar sobre aquilo que vivenciava. Em carta a Marili Ramos, datada de 1949, Graciliano mostra-se bastante crítico a um experimento ficcional realizado por sua irmã, que se fiava na construção de um personagem que nada teria a ver com sua própria experiência de vida e classe:



*As caboclas da nossa terra são meio selvagens, quase inteiramente selvagens. Como você pode adivinhar o que se passa na alma dela? Você não bate bilros nem lava roupa. Só conseguimos deitar ao papel os nossos sentimentos, a nossa vida. Arte é sangue, é carne. Além disso não há nada. As nossas personagens são pedaços de nós mesmos, só podemos expor o que somos. E você não é Mariana, não é da classe dela. Fique na sua classe, apresente-se como é, nua, sem ocultar nada.* (Ramos, 1992, p. 212)

As palavras de admoestação de Graciliano não podiam ser mais claras: é necessário escrever as experiências da classe do escritor, sem tentar adivinhar o que se passa na alma agreste de uma “cabocla quase inteiramente selvagem”. Tal visão da literatura também serve como critério de aferição de valor estético nas avaliações que Graciliano faz do quadro geral da vida literária brasileira. Como vimos no artigo “Norte e Sul”, os romances relevantes seriam aqueles que se conectavam às vivências concretas da sociabilidade brasileira. Graciliano Ramos (1987, p. 114) se utiliza dos mesmos critérios para anos mais tarde criticar os romancistas sociais por terem publicado “trabalhos inferiores aos primeiros”. O caso paradigmático seria o de José Lins do Rêgo, que havia oferecido aos leitores “cinco livros cheios de vida, numa língua forte, expressiva, a língua dos velhos descobridores, conservada no Nordeste, com pouca corrupção” (ibidem, p. 116). Eram livros escritos a partir da experiência de alguém que “nasceu na zona da indústria açucareira, lá se criou e se educou” (ibidem, p. 115). Nas obras seguintes, no entanto, cometeu um erro: “[l]argou isso e arriscou-se a digressões perigosas”. Graciliano (ibidem, p. 116) critica romances como *Pureza*, *Pedra Bonita* e *Riacho doce* por terem perdido o elo vital com o mundo do escritor. *Riacho doce*, por exemplo, era um romance cuja primeira parte, para desgosto de Graciliano, “passa-se toda na Suécia” (ibidem, p. 116).

Uma vez fixado o quadro da poética realista de Graciliano, surge a questão mais espinhosa: como o escritor que defendeu tão sistematicamente uma visão de literatura que fosse a expressão artística de uma vivência do escritor decide dedicar seu último romance à análise da vida interior de personagens pertencentes a uma família de sertanejos acossada pela miséria? O que faz Graciliano dar trato romanesco a um grupo social tão distante do dele?

É importante ressaltar que Graciliano pede a Marili que fique “na classe dela” numa carta de 1949, onze anos depois de publicar *Vidas secas*, um romance em que ele definitivamente sai da sua classe para tentar retratar a vida psíquica e social do sertanejo na sua luta por sobrevivência. A carta deve ser lida como um conselho de um consagrado romancista para uma escritora iniciante, sugerindo que o começo de qualquer ficção deveria estar focado nas vivências reais do escritor

— algo que o próprio Graciliano havia feito em seus primeiros romances. Não seria por acaso que o exercício ficcional de investigar as emoções e os pensamentos do Outro só seria plenamente realizado por Graciliano no seu último romance, pois se tratava de um passo de maturidade, de escritor experiente, já seguro do seu domínio de várias técnicas literárias, de alguém que poderia procurar “adivinhar o que se passa na alma duma cachorra”, como confessa Graciliano em carta para a esposa, Heloísa, quando fala do conto sobre a morte da cachorra Baleia, que daria origem ao romance *Vidas secas* (Ramos, 1992, p. 201). Wander de Melo Miranda nota que é nesse momento — o de adivinhar o que se passa na alma do outro — que Graciliano mais se aproveita da potência da ficção (Miranda, 2000, p. 115; Miranda, 2006, p.136). Essa maneira de trabalhar a ficção como um instrumento de investigação sociopsicológica do povo acabaria por dar um outro estatuto a Graciliano na literatura brasileira. *Vidas secas* entra no cânone da literatura brasileira como obra incontornável para o letrado tomar consciência dos problemas sociais que afligiam a sociedade brasileira e passa a ser lido como um convite para olhar a situação do outro — o povo brasileiro, tão distante da cidade letrada. O prestígio que o romance alcançou como porta de entrada para o conhecimento da realidade social brasileira fez com que Silviano Santiago, ao organizar os três volumes de *Intérpretes do Brasil* no aniversário de quinhentos anos do descobrimento do Brasil, tenha colocado *Vidas secas* no mesmo rol de obras como *Os sertões*, *Casa-grande & senzala*, *Raízes do Brasil* e *Formação do Brasil contemporâneo*. A pergunta, no entanto, persiste: o que teria feito Graciliano mudar o seu jeito de escrever ficção, figurando um narrador que investiga a subjetividade de uma outra classe social?

Graciliano sugere, em alguns depoimentos, que tal inflexão foi marcada por sua prisão em 1936. Conforme podemos verificar nessa declaração publicada postumamente: “Certo crítico, anos atrás, me insinuara utilizar num romance os camponeses do Nordeste. Apesar de sertanejo, achava-me incapaz de fazer isso, e antes de viver com esses homens na cadeia, dormindo nas esteiras podres e dividindo fraternalmente os percevejos, não me arriscara a aceitar o conselho” (Ramos, 1955, p. 128).

No texto, Graciliano deixa claro que decidiu escrever sobre “os camponeses do Nordeste” depois da experiência da prisão. Em artigo de 1937 (Ramos, 1967, p. 100), atribui à prisão o fato de conhecer ainda mais de perto a realidade dos oprimidos no país. Afinal, a polícia apresentou aos intelectuais o “tratamento que dispensam aos malandros e aos vagabundos”. Graciliano afirma que, “sem essa aproximação, não conheceríamos nunca a verdadeira desgraça” e sugere que, apesar de os brasileiros estarem conhecendo mais a realidade do

país, “certos aspectos da vida ficariam ignorados se a polícia não nos oferecesse inesperadamente o material mais precioso que poderíamos ambicionar” (1967, p. 100). Esse material precioso seria o acesso aos condenados da terra — com direito aos vários sentidos que essa expressão possui. É preciso destacar que as explicações (auto)biográficas não devem ser compreendidas a partir de seu valor de face, como um documento que atesta a veracidade das intenções e decisões de Graciliano Ramos. Tais depoimentos podem ser interpretados como parte de uma estratégia para legitimar a sua tomada de posição — a de um escritor que escrevia romances em primeira pessoa, relatando experiências da pequena burguesia nordestina, assumindo a posição de um escritor que cria uma instância narrativa para descrever com suposto distanciamento e certa empatia as várias opressões sofridas por uma embrutecida família sertaneja. Ao evocar a experiência do cárcere como ponto original da inflexão na sua ficção, Graciliano sugere que, além de ter convivido com os brasileiros das classes populares, também com eles compartilhou do mesmo conjunto de injustiças, opressões e arbitrariedades. Lembremos que Graciliano narra, em suas *Memórias do cárcere*, como sofreu com as arbitrariedades das oligarquias brasileiras e da polícia. No âmbito do romance, Fabiano é explorado pelo latifundiário — esteio da oligarquia política — que não lhe paga o que é devido e torna-se vítima dos caprichos do soldado amarelo (representante do poder policial). De acordo com a racionalização de Graciliano, não foi ele que saiu da sua classe para escrever a história de Fabiano, Sinhá Vitória e seus dois filhos, mas foram as circunstâncias políticas brasileiras que o levaram a sofrer as violências e as discricionariedades historicamente reservadas às camadas mais baixas da população. A estratégia é engenhosa, pois, ao mesmo tempo que legitima a tomada de posição de Graciliano ao escrever *Vidas secas*, permite que ele justifique a confecção do romance dentro dos parâmetros da poética realista que sempre defendeu.

Se antes, nos artigos em defesa dos romances sociais, ele advoga a ideia de que a literatura deve ser feita do material vivido pelo escritor dentro de sua classe, nos testemunhos dados à imprensa após a publicação de *Vidas secas*, Graciliano sugere que a convivência estreita com os sertanejos o colocaria numa posição privilegiada para escrever seu romance. Ainda que os sertanejos não sejam da classe do escritor, pode-se dizer que estão no âmbito da vivência de Graciliano, o que legitima o realismo do romance.

*Nasci na zona árida, numa velha fazenda, e ali passei quase toda a minha infância, convivendo com o sertanejo. Fui depois para a cidade estudar e mais tarde diversas vezes visitei o meu recanto natal, bem como outras paragens do sertão nordestino. Os meus personagens não são inventados.*

*Eles vivem em minhas reminiscências, com suas maneiras bruscas, seu rosto vincado pela miséria e pelo sofrimento.* (Ramos, 2014, p. 68)

De acordo com a visão de Graciliano, ele poderia escrever sobre o sertanejo pois passou boa parte da infância convivendo com eles. Há aqui, novamente, um elogio da experiência em primeira mão com a matéria a ser ficcionalizada. Graciliano conhece os sertanejos, sabe como eles se expressam (ou mal se expressam), já que são “de pouquíssimo falar” (Ramos, 2014, p. 67). O autor de *Vidas secas* também contrapõe sua vivência no sertão ao conhecimento livresco de outros escritores regionalistas que, por “comumente não conhece[re]m o sertão, não são familiares do ambiente que descrevem” (ibidem, p. 68). Graciliano teria autoridade para escrever sobre o sertão. Em *Vidas secas*, ele cria um narrador que escrutina o que pensam as classes populares e, desse modo, institui uma narrativa que trata de maneira central o grande problema nacional sob a ótica progressista — a profunda desigualdade social que gera assimetria entre elite e povo, letrado e popular, impedindo assim a integração nacional.

#### PRIMEIRA ENGRENAGEM DISCURSIVA

O discurso indireto livre é o modo narrativo utilizado para externar a subjetividade entranhada nas personagens e, portanto, mecanismo formal ideal para levar a cabo a missão a que Graciliano se propunha realizar: expor os pensamentos daqueles que não conseguem verbalizá-lo ou, nas palavras de Lúcia Miguel Pereira, glosadas por Antonio Candido (1992, p. 104): “Graciliano deu voz aos que não sabem ‘analisar os próprios sentimentos’”. A escolha pelo discurso indireto livre seria uma resposta esteticamente adequada para transpor o abismo que separava classe letrada e povo brasileiro, pois permitia representar o sertanejo sem cair em inverossimilhanças literárias nem exotismos. E o abismo era transposto porque o mecanismo narrativo “humanizava” os broncos personagens. Nas palavras de Candido (1992, p. 106), o narrador “institui a humanidade de seres que a sociedade põe à margem”. Lúcia Miguel Pereira (1938, p. 221), por sua vez, afirma que Graciliano soube descobrir a riqueza escondida dos sertanejos, mostrando “a condição humana intangível e presente na criatura mais embrutecida”. Segundo ela, Graciliano havia posto à prova o alcance do seu método narrativo, pois “ser-lhe-ia infinitamente mais fácil descobrir a complexidade em criaturas proustianas do que nos meninos de Sinhá Vitória, a que nem nome dá” (ibidem, p. 221). Pereira define *Vidas secas* como um romance mudo, tal como um filme de Carlitos, habitado por “almas paralíticas, sem meios de comunicação, almas elementares”,<sup>4</sup> para depois observar, no entanto,

[4] Lúcia Miguel Pereira inaugura assim a leitura que faz de *Vidas secas* um romance sobre o silêncio. Mas se trata tão somente, é importante ressaltar, de um silêncio no plano diegético, isto é, no universo dos personagens. Em suma, é um silêncio atribuído pelo narrador, fazendo parte, portanto, de uma estratégia narrativa que precisa ser estudada. Para a última versão dessa vertente interpretativa, cf. Luiz Costa Lima (2023).



que eram “almas semelhantes às do civilizado” (ibidem, p. 221). A observação da estudiosa é afiada, pois faz referência ao efeito universalizador da sua escolha narrativa, como se Graciliano quisesse mostrar que a complexidade de sentimento, longe de ser uma exclusividade de uma classe social (as criaturas aristocráticas de Proust), poderia ser extensiva aos mais humildes sertanejos. O projeto de Graciliano seria o de “mostrar paradoxalmente a riqueza interior de vidas culturalmente pobres” (Candido, 1992, p. 106).

É importante salientar que o mesmo autor que se refere aos sertanejos como “brancos”, “primários”, “rudes”, “quase primitivos”, “selvagens” e “quase selvagens” será aquele que, por meio de um mecanismo narrativo, vislumbrará uma interioridade nesses sertanejos capaz de criar um elo empático entre o leitor urbano e o povo marginalizado do sertão. Note-se que estamos muito próximos daquela primeira engrenagem do discurso progressista em Euclides da Cunha: a representação ambígua do sertanejo, que é um bárbaro, mas pode atingir os cumes civilizacionais de um Titã acobreado. Graciliano se utiliza de uma estratégia discursiva semelhante, pois, em seu romance, o sertanejo, apesar de ser um embrutecido e quase incapaz de se comunicar, é representado como detentor de uma expressiva subjetividade. Ao escrutinar anseios, angústias, medos e desejos do sertanejo, *Vidas secas* aposta na aproximação entre a sensibilidade do leitor urbano e a matéria do romance. Apesar de estarem vivendo num meio inóspito e precário, aqueles brutos sertanejos tinham um fundo de humanidade semelhante a qualquer sofisticado habitante das cidades brasileiras. E reconhecer esse denominador comum entre seres humanos imersos em culturas tão díspares é uma característica do pensamento progressista. O lastro ético-cognitivo da humanidade seria o mesmo.

Embora as estratégias discursivas tenham semelhanças estruturais, os estilos de Euclides da Cunha e Graciliano Ramos são muito diferentes. Para enaltecer o sertanejo, Euclides recorre a grandiloquência parnasiana das metáforas greco-romanas,<sup>5</sup> enquanto Graciliano faz uso do estilo mesclado do romance realista para auscultar as camadas subterrâneas de seus personagens, passando longe de qualquer tipo de narrativa épica. Isso dito, pode-se dizer que há, em *Vidas secas*, um elogio discreto à fibra moral dos sertanejos. O romance acaba com as seguintes frases: “Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente para lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, Sinhá Vitória e os dois meninos” (Ramos, 2002, p. 126).

Deve-se ressaltar que Graciliano define seus personagens, ao final do romance, como fortes, numa época em que o romance brasileiro quase havia se especializado em personagens moralmente fracos e

[5] Como bem observa Nicolau Sevcenko (2003, p. 103), Euclides da Cunha empreende uma “insólita reformulação da teoria da separação dos estilos que caracterizara a estética antiga e o classicismo moderno, e que fora precisamente abandonada com o advento do realismo. Preso ainda ao romantismo, que adotava a separação de estilos, e convertido também à estética animista de Spencer, ele revalidou a regra clássica, mantendo em todos os seus escritos o tom geral do estilo elevado”.

falhos. Em seu artigo “Elegia de Abril”, publicado em 1941, mas avaliando a ficção dos anos 1930, Mário de Andrade chama a atenção para o fato do fracassado figurado na ficção brasileira ser diferente de heróis derrotados como Otelo e Dom Quixote. De acordo com Mário de Andrade, esses personagens da grande literatura ocidental seriam “dotados de ideais, de ambições maiores, de forças morais” (Andrade, 1972, p. 190) que acabavam sucumbindo contra forças maiores que a deles. O foco da literatura brasileira daquele período, no entanto, seria o fracassado que não passaria de um “ser sem força nenhuma, do indivíduo desfibrado, incompetente para viver”, que não conseguiria opor “nenhum traço de caráter [...] contra a vida ambiente” (ibidem, p. 190). O fracassado da literatura brasileira se implosionava em razão da sua própria fraqueza e inconsistência moral. Exemplos desses personagens seriam João Valério, de *Caetés* (1933), Luís Silva, de *Angústia* (1936), e Carlos Melo, de *Banguê* (1934). Todos eles eram personagens ligados à pequena burguesia estagnada ou à aristocracia rural decadente, que se revelaram incapazes de encontrar qualquer solução para os impasses que os consumiram. Muito diferente de Fabiano e sua família, que foram acossados pela seca, fugiram para a cidade, mas tentaram, ao menos, resistir estoicamente às intempéries do sertão. Permaneceram fortes e brutos. Eram “retrógrado[s] e não u[ns] degenerado[s]”, para usarmos a expressão de Euclides da Cunha (2001, p. 203).

Há no romance um outro momento em que a potencialidade de Fabiano é destacada, ainda que de maneira discreta. No episódio, localizado no capítulo “O mundo coberto de penas”, Fabiano se esforça para entender uma frase de Sinhá Vitória que atribuía às aves de arribação, por beber a pouca água disponível, o intuito de matar o gado: “O sol chupava os poços, e aquelas excomungadas levavam o resto da água, queriam matar o gado. Sinhá Vitória falou assim, mas Fabiano resmungou, franziu a testa, achando a frase extravagante” (Ramos, 2002, p. 109).

A princípio, Fabiano achou que a esposa estivesse “tresvariando” pois não fazia sentido que um bicho tão pequeno pudesse aniquilar o gado. Após um período de concentração e silêncio a “frase dela tornou ao espírito de Fabiano e logo a significação apareceu. As arribações bebiam a água. Bem. O gado curti sede e morria. Muito bem. As arribações matavam o gado. Estava certo” (Ramos, 2002, p. 109). De acordo com Alcides Villaça, que realizou um dos mais finos estudos sobre esse trecho do romance, “a partir do reconhecimento dos nexos implicados na figura de linguagem, deu-se conta de um mecanismo de pensamento ao mesmo tempo verdadeiro e belo, da possibilidade de o poético agitar-se dentro de si mesmo” (Villaça, 2007, p. 244). O episódio em tela é bastante significativo, pois Fabiano

é construído como personagem que se depara frequentemente com imensas dificuldades para comunicar-se e compreender o que se passa no mundo ao seu redor. O que se vê na cena acima é a verificação de que Fabiano, apesar de embrutecido, pode concatenar suas ideias e encontrar nexos causais. Trata-se, portanto, de um sustentáculo da ideologia progressista: por maior que sejam a alienação social, o primitivismo cultural e a miséria social, as capacidades cognitivas são as mesmas em todo ser humano e podem ser entrevistadas, ainda que num ínfimo lampejo, em momentos como o que acabamos de descrever.

## SEGUNDA ENGRENAGEM DISCURSIVA

Foi Antonio Candido (1992, p. 48) quem primeiro identificou em *Vidas secas* ressonâncias da “fatalidade sem saída” dramatizada em *Os sertões*. Há um trecho no romance que ilustra, de maneira muito didática, tal fatalidade:

*Tinha obrigação de trabalhar para os outros, naturalmente, conhecia o seu lugar. Bem. Nascera com esse destino, ninguém tinha culpa de ele haver nascido com um destino ruim. Que fazer? Podia mudar a sorte? Se lhe dissessem que era possível mudar de situação, espantar-se-ia. Tinha vindo ao mundo para amansar brabo, curar feridas com reza, consertar cercas de inverno a verão. Era sina. O pai vivera assim, o avô também. E para trás não existia família. Cortar mandacaru, ensebar látégos — aquilo estava no sangue. Conformava-se, não pretendia mais nada.* (Ramos, 2002, p. 96, ênfase minha)

Silviano Santiago (1987, p. 429) interpretou tal trecho como denúncia de uma história social imóvel. Leopoldo Bernucci (1995, p. 106) enxergou nessa passagem “um forte conteúdo determinista”, marcado por “explícitas referências que a herança biológica exerce sobre o comportamento ou hábitos dos indivíduos”. Embora os dois juízos sejam muito plausíveis, creio que há um aspecto na análise da passagem que precisa ser mais desenvolvido. O parágrafo se inicia aderindo ao ponto de vista de Fabiano, que imaginava a si mesmo como alguém que nascera para trabalhar e conhecia seu lugar na hierarquia social, expondo assim uma cadeia de pensamentos a serviço do conformismo. No meio do trecho, no entanto, há um questionamento: “Que fazer? Podia mudar a sorte?”. Não sabemos, a princípio, se as perguntas são elaboradas por Fabiano, mas logo a dúvida se dirime: somos informados que Fabiano se espantaria se lhe dissessem que era possível mudar sua situação e que estava conformado com a sua vida, sem pretender mais nada. No meio do parágrafo em que são descritas as engrenagens ideológicas de um ciclo infundável da miséria, o

narrador inocula o germe do questionamento a essa ordem, prontamente endereçado ao público leitor, pois está claro que Fabiano não dispõe dos meios para quebrar os grilhões que o prendem à sua condição. Em dois outros trechos do romance, Fabiano imagina o seu futuro e o dos seus filhos e não consegue vislumbrar em seu horizonte nada que não seja a repetição de sua sina: “Desejaria imaginar o que fazer para o futuro. Matar-se-ia no serviço e moraria numa casa alheia enquanto o deixassem ficar. Depois sairia pelo mundo, iria morrer de fome na catinga seca” (Ramos, 2002, p. 98); e “Os meninos eram brutos, como o pai. Quando crescessem, guardariam as reses de um patrão invisível, seriam pisados, maltratados, machucados por um soldado amarelo” (ibidem, p. 38).

Com a exceção da tênue esperança nutrida pela família, ao final da narrativa, quando estão a caminho da cidade — esperança, como veremos, ilusória —, não há nenhum elemento na narrativa que modifique a visão que a família de Fabiano tem de seu futuro e do seu lugar na sociedade. Vale a pena fazer o contraponto entre *Vidas secas* e os romances de Jorge Amado para sublinhar a especificidade do último romance de Graciliano. Nos romances de Jorge Amado, os personagens (Cearense em *Cacau*; Isaac, Henrique e Álvaro Lima em *Suor*; Pedro Bala em *Capitães de areia*) passam por um processo de conversão ideológica, pois se tornam conscientes da exploração sofrida pelo povo e decidem abraçar a luta revolucionária. O leitor urbano da década de 1930 que lia *Cacau* ou *Suor* tinha a impressão de que a revolução era iminente e que os oprimidos estavam se organizando para agir. Outra experiência de leitura seria a de *Vidas secas*, já que os principais personagens parecem incapazes de mudar a situação de profunda opressão em que se encontram. Do ponto de vista estético, a falta de uma clara agenda política no romance de Graciliano era vista como um sinal positivo, pois marcaria uma ausência de dirigismo stalinista tão evidente em Jorge Amado. Silviano Santiago (1987, p. 423) considera que a grande beleza de *Vidas secas* está no fato de Graciliano, ao contrário de Jorge, não “incut[ir] nos retirantes uma determinada forma de pensamento que fosse compatível com a maneira como ele pensava a marcha da História”. Fabiano e Vitória não seriam títeres da imaginação revolucionária de Graciliano.

A dimensão política de *Vidas secas* precisa ser estudada de maneira mais matizada, pois se é verdade que o romance está longe de ser uma peça de propaganda política ao estilo das obras do realismo socialista, também é certo que há um projeto político articulado na estrutura do romance que passa pela construção de uma consciência social nos leitores, um chamado para agir.

O narrador de *Vidas secas* relata com acuidade os acontecimentos e os processos mentais ocorridos na trama, assim como comenta de



maneira concisa e afiada tais eventos passados no plano diegético. Às vezes é difícil distinguir o que seria uma paráfrase do pensamento de Fabiano do que seria um comentário do narrador, pois como notou Antonio Candido (1992, p. 46), o discurso indireto livre no romance funciona como um mecanismo narrativo que “solda no mesmo fluxo o mundo interior e exterior”. Em alguns momentos de *Vidas secas*, seja por comentário do narrador, seja por imaginação de Fabiano, a narrativa se desgarra do plano mais imediato da ação e vislumbra cenários alternativos para Fabiano e sua família.<sup>6</sup> A ordenação dos verbos no imperfeito do subjuntivo com aqueles no futuro do pretérito (exemplo: se eu *pudesse*, eu *iria* embora) leva o leitor a entrever possibilidades para o mundo dos sertanejos miseráveis. Possibilidades que só poderiam se realizar com a ajuda mediadora do letrado urbano. Vejamos um trecho em que Fabiano desiste de entrar numa bodega pois teme que sua dificuldade em se comunicar acabe por prejudicá-lo:

*Levantou-se, foi até a porta de uma bodega, com vontade de beber cachaça. Como havia muitas pessoas encostadas no balcão, recuou. Não gostava de se ver no meio do povo. Falta de costume. Às vezes dizia uma coisa sem intenção de ofender, entendiam outra e lá vinham questões. Perigoso entrar na bodega. O único vivente que o compreendia era a mulher. Nem precisava falar: bastava os gestos. Sinhá Terta é que se explicava como gente da rua. Muito bom uma criatura ser assim, ter recursos para se defender. Ele não tinha. Se tivesse, não viveria naquele estado. (Ramos, 2002, pp. 97-8, ênfase minha)*

Se tivesse recursos para se defender, Fabiano não viveria naquele estado. Ter recurso para se defender significa: organizar a fala, afiar a linguagem, colocar ordem no pensamento. O tema da educação permeia o romance de maneira muito decisiva. É importante lembrar que Graciliano havia atuado como diretor de instrução pública de Alagoas (cargo equivalente a secretário estadual de educação) cinco anos antes e que voltaria a trabalhar na área um ano após a publicação de *Vidas secas*, em 1939, como inspetor federal de ensino secundário. O tema da instrução pública estava longe de ser algo abstrato e distante para Graciliano. É pertinente destacar que desde os anos de 1920 as práticas pedagógicas estavam passando por um processo de modernização no Brasil. Em ensaio sobre a cultura e a Revolução de 1930, Antonio Candido (1989, p. 183) chama a atenção para o objetivo dos escola-novistas de “formar cidadãos capazes de escolher bem seus dirigentes”. O próprio Graciliano pode ser visto como um agente de modernização educacional em Alagoas na década de 1930, pois boa parte da perseguição política que sofrera, vindo a culminar

[6] Fernando Gil (2023, p. 177) descreve com acuidade tais momentos de desgarramento imaginativo da realidade: “A característica dominante desse processo será o modo radicalmente condicional de perceber a si e ao mundo. Trata-se de uma perspectiva que, partindo do personagem, se projeta como desejo, fantasia, sonho, dúvida e incerteza”.

[7] Tendo em vista esse projeto de modernização da educação brasileira, deve-se nuançar um juízo de Alfredo Bosi segundo o qual aquilo que faria a visão de Graciliano ser revolucionária — e não apenas ilustrada e progressista — seria a desconfiança que o autor de *Vidas secas* parecia nutrir tanto em relação à linguagem limitada do povo quanto ao discurso oco da “civilização”: “O olhar crítico [de Graciliano] [...] não favorece nem a linguagem do dominado, cuja carência (atribuída) descreve, nem a linguagem dos dominantes, que denuncia” (Bosi, 2004, p. 25). Ora, é exatamente por ser um ilustrado e progressista que Graciliano acredita na modernização tanto do povo como das elites consideradas atrasadas; e nisso aproxima-se bastante de Euclides da Cunha, que escreveu *Os sertões* no intuito de clamar pela integração dos sertanejos à esfera da cidadania, ao mesmo tempo que pregava uma reforma na mentalidade do letrado brasileiro. No romance de Graciliano, algo semelhante ocorre: a educação serviria como vetor modernizador não só das classes populares, mas também da inteligência brasileira. Em *Vidas secas*, o letrado da República Velha está encarnado na figura de Tomás da Bolandeira, que, apesar de muito lido, não consegue encontrar soluções práticas para os seus problemas. O próprio Fabiano desconfia de que o linguajar empolado e o conhecimento livresco dos bacharéis não são uma saída para a sua situação. O ideal emancipatório implícito no romance está numa educação que oferecesse a Fabiano a linguagem como um recurso para se defender e posicionar-se na sociedade contra as arbitrariedades sofridas, ou seja, uma educação que tivesse uma dimensão eminentemente pragmática, ligada à cidadania.

[8] Para reiterar essa “semelhança de família” entre os progressistas, vale a pena assinalar uma recente reflexão de Roberto Schwarz sobre a aclimação do marxismo no Brasil, em que o crítico menciona uma entrevista de Celso Furtado na qual este diz que a classe proletária ainda não teria condições de conduzir as transformações necessárias para o Brasil. Afirma Schwarz: “Em suma, ao contrário do que pensávamos, não era que Celso Furtado não tivesse uma análise de classe e que esse era um déficit do seu pensamento. Ele, um homem de esquerda, anti-imperialista, tinha sim

na sua prisão, havia sido atribuída ao descontentamento gerado entre pistolões da oligarquia alagoana.<sup>7</sup> Em *Memórias do cárcere*, Graciliano (2011 p. 10) relata o descontentamento gerado por ter simplesmente promovido a ideia “de aproveitar elementos dignos, mais ou menos capazes” no serviço público. Voltando ao romance, é importante assinalar que a capacidade de organizar o discurso é considerado um recurso, mas não há nenhuma sugestão de como Fabiano poderia obter tal instrumento de defesa. Vejamos como o tema da educação promotora da cidadania é tratado no trecho em que Fabiano se encontra, angustiado e revoltado, na cadeia:

*Vivia tão agarrado aos bichos... Nunca vira uma escola. Por isso não conseguia defender-se, botar as coisas nos seus lugares. O demônio daquela história entrava-lhe na cabeça e saía. Era para um cristão endoidecer. Se lhe tivessem dado ensino, encontraria meio de entendê-la. Impossível, só sabia lidar com bichos. [...] Fabiano também não sabia falar. Às vezes largava nomes arrevesados por embromação. Via perfeitamente que tudo era besteira. Não podia arrumar o que tinha no interior. Se pudesse... Ah! se pudesse, atacaria os soldados amarelos que espancam as criaturas inofensivas. (Ramos, 2002, p. 36, ênfase minha)*

Para o narrador de *Vidas secas*, Fabiano compreenderia as implicações do seu encarceramento se lhe tivessem dado ensino. Se pudesse organizar o caos de sua subjetividade, teria condições de questionar as injustiças perpetradas pelo soldado amarelo. O recurso ao discurso — que ordena o pensamento, ensejando uma ação consequente — adviria de uma educação que Fabiano não teve. O romance deixa claro qual seria a porta de saída para sua condição subalterna (a educação), ao mesmo tempo que evidencia a incapacidade de Fabiano de caminhar sozinho em direção a essa porta. O futuro do pretérito nunca se transforma em futuro. Os efeitos dessa articulação retórica são notórios: é necessário emancipar os sertanejos embrutecidos, dando-lhes instrução para que possam elevar seu nível cultural. Essa é uma missão que deve ser levada a cabo por aqueles que podem ajudá-los, os modernos letrados brasileiros.

A visão de Graciliano sobre a (in)capacidade do povo nordestino de fazer uma revolução está registrada no diálogo que trava com o militante comunista argentino Rodolfo Ghioldi, seu companheiro de prisão em 1936. Graciliano afirma: “Eu sou do Nordeste e conheço bem o meu povo. E esse é um povo que está tão atrasado, tão embrutecido pela miséria, que creio que não poderá fazer a revolução jamais” (apud Moraes, 2012, p. 124). A revolução, se viesse, viria pelas mãos de outros atores.<sup>8</sup>

Deixados por conta própria, os sertanejos podiam embarcar em projetos considerados irracionais por um intelectual progressista

como Graciliano Ramos. É o que se pode depreender da leitura que Graciliano faz do episódio da Rebelião de Canudos na sua *Pequena história da República*, escrito em 1940 e publicado postumamente em *Alexandre e outras histórias*. De acordo com sua narrativa, Antonio Conselheiro apareceu no sertão baiano “rezando, pedindo esmolas e dizendo coisas desconexas” (Ramos, 2020, p. 62). Graciliano caracterizava o líder da revolta como um “louco e meio analfabeto” que facilmente “reuniu uma considerável multidão de sujeitos menos loucos e mais analfabetos que ele, a pior canalha da roça” (ibidem, p. 165). Ao fim da guerra, após quatro expedições do Exército brasileiro, “trezentos lunáticos inúteis, velhos, mulheres e crianças renderam-se” (ibidem, p. 168). Raul Antelo (1984, pp. 55-6) comenta que tal visão dos rebelados não ficava nada a dever a Oliveira Vianna e que esse é um momento na satírica *Pequena história da República* em que Graciliano “envereda pelos trilhos do determinismo biológico, à moda dos intérpretes de nossas elites”. Mais do que um viés biologizante dos intérpretes do Brasil, há no julgamento de Graciliano o entendimento de que o povo precisa ser tutelado, instruído, resgatado, pois, de outro modo, poderia embarcar em aventuras irracionais, como a de Canudos. Trata-se da visão de um progressista no seu desejo de reformar o povo brasileiro.

Numa tentativa de recuperar a história da Rebelião de Canudos a partir dos estudos subalternos, Adriana Johnson argumenta que a frequente alusão a um povo abandonado, precisando ser urgentemente resgatado pelo Estado-nação, é uma representação tecida pela cidade letrada brasileira. Segundo Johnson, longe de reclamar de um abandono do Estado brasileiro, os rebelados estariam lutando contra uma incorporação forçada ao Brasil moderno:

*Ler os incidentes relacionados a Canudos (a partir da ótica de Euclides da Cunha) como um protesto contra o abandono é profundamente problemático. Abandono por parte de quem? Para quê? Se medidas como aumento de impostos, secularização da vida cotidiana, censo e mapeamento figuravam entre as causas do conflito, então os conselheiristas parecem ter protestado não tanto contra o abandono, mas sim contra a incorporação forçada a um Estado moderno que eles percebiam como um poder ilegítimo, estendendo e aprofundando suas estruturas de dominação. Na medida em que os conselheiristas estavam combatendo precisamente tal incorporação, a solução de Euclides da Cunha teria soado como uma sentença punitiva de condenação.* (Johnson, 2010, p. 137, tradução minha)

Ainda de acordo com Johnson (2010, p. 9), o texto de Euclides teria como objetivo corrigir — ao invés de impugnar — as ações do Estado moderno. Conforme veremos a seguir, ao conceber o Estado

uma análise de classe, só que ela era pessimista, e o levava a buscar outras saídas” (Schwarz, 2023, p. 50).

como força modernizadora/homogeneizadora da nação, Graciliano segue uma lógica muito semelhante à de Euclides em *Os sertões*.

#### **À GUIA DE CONCLUSÃO: GRACILIANO E SUA VISÃO DE UM BRASIL MODERNO**

Depois que Sergio Miceli realizou, em *Intelectuais e classes dirigentes no Brasil (1920-1945)*, uma “devassa” no modernismo brasileiro (a expressão é de André Botelho [2002]), mostrando seus nexos com o Estado Novo de Getúlio Vargas, alguns estudiosos tentaram defender e qualificar a atuação de importantes escritores do período. Antonio Candido (1979, p. XII), em prefácio ao livro de Miceli, chega a fazer a distinção entre Carlos Drummond de Andrade e Cassiano Ricardo. O primeiro havia servido sob uma ditadura, sem nunca ter perdido sua autonomia intelectual, enquanto o segundo havia servido à ditadura, tendo unido pensamento e ação na promoção do Estado Novo varguista.

Algo semelhante se passa com a figura de Graciliano Ramos, que é frequentemente protegida de suas ligações com o governo de Getúlio Vargas. Em sua fortuna crítica, há uma ênfase muito maior no período de encarceramento e suas consequências literárias (o livro *Memórias do cárcere*) do que na fase subsequente à prisão, em que Graciliano foi nomeado inspetor federal do ensino secundário e depois revisor de *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros*, revista de importante órgão do Estado Novo, o Departamento de Imprensa e Propaganda. Em outras palavras: o Estado varguista aparece na biografia de Graciliano mais como algoz do que como empregador. Muito se fala da autonomia intelectual e política de Graciliano que, apesar de funcionário público, nunca se submeteu aos ditames ideológicos do Estado Novo. Silviano Santiago chega a afirmar que Graciliano Ramos foi o único intelectual modernista a se opor ao projeto desenvolvimentista do Estado Novo:

*Graciliano Ramos, de todos os autores modernistas, foi o único que não esteve comprometido com o projeto de modernização do Brasil. Acho que a impiedade do balanço vai ser em demonstrar que todos estavam, mais ou menos, comprometidos com o projeto da modernização do Brasil, todos tinham uma mente desenvolvimentista, em todos a necessidade de atualização era capital e todos queriam fazer com que o Brasil entrasse na História, e numa História que seria pura industrialização... Em Graciliano Ramos, o que eu vejo de muito bonito, por exemplo, em *Vidas secas*, é que não há uma tentativa de dar voz aos camponeses, aos retirantes. (Santiago, 1987, p. 423)*

Wander de Melo Miranda (2000, p. 118) segue o mesmo tom ao argumentar que “*Vidas secas* realiza-se [...] na contracorrente dos discursos patrióticos de integração que o Estado Novo constrói à época,



lançando sobre eles uma zona de sombra — ou claridade — que dá aos contornos da imagem dominante de pátria um outro significado”.

Por mais que se separem as visões de Brasil de Graciliano e do governo Vargas, há uma profunda convergência entre elas. Mas isso não quer dizer que fossem idênticas, nem muito menos que Graciliano, por ter algumas afinidades com o projeto progressista do Estado Novo, tenha concordado com práticas autoritárias da ditadura varguista. É necessário matizar esse debate para não incorrer em posicionamentos moralistas e maniqueístas.

Para falar da visão de Brasil elaborada por Graciliano Ramos, utilizo um artigo escrito em 1938 como comentário ao tradicional discurso de fim de ano de Getúlio Vargas, em 31 de dezembro de 1937.<sup>9</sup> O golpe que havia instaurado a ditadura do Estado Novo era ainda muito recente (10 de novembro de 1937) e, por isso, boa parte do discurso era voltado a explicar a supostamente necessária mudança de regime. Na história pessoal de Graciliano, o início de 1938 representava um período difícil. Ele havia saído da prisão em 1937 e estava imerso em inúmeros trabalhos precários na imprensa para ganhar a vida. A nomeação para inspetor federal do ensino secundário só sairia em 1939, um ano após a publicação desse artigo. No mesmo ano de 1938, *Vidas secas*, o romance “desmontável”, estava sendo montado por Graciliano. O artigo “A marcha para o campo” (Ramos, 1967) é particularmente relevante, pois traduz o pensamento de Graciliano sobre algumas questões cruciais do desenvolvimento brasileiro no período em que ele também estava enfrentando temas semelhantes em seu romance: as relações entre campo e cidade, migração e cidadania.

Em “A marcha para o campo”, Graciliano trata da imensa assimetria existente entre cidade e campo no Brasil, assunto central no pensamento social brasileiro. Graciliano atualiza uma tradição progressista, que tem em André Rebouças e Joaquim Nabuco seus principais expoentes, muito centrada num projeto de homogeneização social da nação. O escopo dessa linhagem intelectual era corrigir os imensos desequilíbrios gerados pelo maior passivo colonial do Brasil, a escravidão. Obras como a de Rebouças, *Agricultura nacional* [1883], e de Nabuco, *O abolicionismo* [1883]), clamavam por reformas que democratizassem o acesso à terra e diminuíssem as assimetrias do país. Na década de 1930, a industrialização surge como um novo elemento desse imaginário progressista capaz de promover a homogeneização social do Brasil.

Segundo Graciliano, o Brasil sofreria de uma macrocefalia, isto é, havia um gigantesco hiato entre as cidades, muito desenvolvidas e dinâmicas, e o interior, atrofiado e miserável. Esse desequilíbrio levava à migração em massa de camponeses para a cidade. Graciliano vê com bons olhos o discurso de Getúlio Vargas que, no elogio da marcha

[9] O texto foi publicado em *Linhas tortas*, sem referência ao local e à data da primeira veiculação da crônica. Não está listada no estudo até hoje mais completo sobre a crônica de Graciliano Ramos (Salla, 2015). Baseado no texto, suponho que tenha sido produzido pouco tempo depois do discurso de 1º de janeiro de Getúlio Vargas. Como não pretendo estudar o impacto e a circulação do texto, mas apenas ressaltar alguns posicionamentos-chave de Graciliano sobre o desenvolvimento e a industrialização no país nos anos 1930, o rendimento analítico que busco no texto me parece adequado.

para o oeste, buscava incentivar a interiorização demográfica do país. Para Graciliano, era imperativo homogeneizar esse país incrivelmente heterogêneo e desigual: “É necessário desobstruir a cidade, o que será feito se se der ao camponês uma existência razoável que o prenda à roça, se se oferecer ao imigrante o trabalho remunerador que a nossa agricultura atrasada ainda não lhe proporciona” (Ramos, 1967, p. 125).

Para que a população pudesse se fixar nos mais variados rincões do país, o Brasil não poderia prescindir de um dinamismo econômico digno de um país industrial:

*Melhorados e aumentados os meios de transporte, utilizados os nossos recursos em toda a superfície do país, especialmente o carvão, o petróleo e o ferro, que originará melhor distribuição demográfica e elevação consequente do nível cultural, os camponeses não mais precisarão procurar na cidade aquilo que ela não lhes pode oferecer. (Ramos, 1967, p. 127)*

Os camponeses ficariam fixados na terra, mas com a devida “elevação do nível cultural” trazida pelo melhor uso dos recursos naturais do país, sobretudo aqueles capazes de promover a industrialização, como petróleo, carvão e ferro. Esse processo tecnológico mudaria substancialmente o fluxo econômico entre cidade e interior: “Estradas de rodagem, ferrovias, linhas de navegação, a princípio darão trabalho às populações rurais, depois transportarão para os centros urbanos, não indivíduos desocupados, mas as riquezas que se produzirem” (Ramos, 1967, pp. 125-6).

A adesão de Graciliano à ideologia do desenvolvimentismo é bastante aberta e entusiasmada. O interior do país, devidamente modernizado e disciplinado, seria um núcleo produtor de riqueza e não mais uma fonte de “indivíduos desocupados” a procurar empregos impossíveis na cidade. Para o autor de *Vidas secas*, a vinda da siderurgia teria um alto impacto na autoestima dos brasileiros, pois seria o sustentáculo da soberania nacional:

*O governo promete a instalação de grande siderurgia, o que determinará, sem dúvida, uma transformação radical em nossos costumes. Sentir-nos-emos pouco a pouco fortes, cortaremos as amarras que ainda nos prendem ao velho continente. Quando fabricarmos os trilhos de nossas estradas e construirmos as locomotivas que hão de rodar sobre eles, poderemos pisar com força, aprumar o espinhaço e exibir a arrogância tranquila de certos que aqui aportam com ares de proprietários. (Ramos, 1967, p. 126)*

Graciliano também critica todo entusiasmo ufanista em relação à natureza brasileira que não leve em consideração o seu uso econômico: “No discurso de 1º de janeiro, nenhuma admiração inútil a

riquezas inexploradas. Afirma-se ali, porém, que essas riquezas serão arrancadas do seio da terra. Assim, o homem acabará prendendo-se a ela e amando-a, não com o amor palavroso e estéril aconselhado em gritos pelos que fazem do patriotismo uma indústria, mais em silêncio e energicamente trabalhando” (Ramos, 1967, p. 127).

Os trechos acima representam evidências sólidas do compromisso de Graciliano com um projeto de modernização, que respondia pelo binômio industrialização e homogeneização social (a elevação cultural dos interioranos, matutos, caipiras e sertanejos). *Vidas secas* deve ser compreendido à luz de tal compromisso. Se “A marcha para o campo” apresenta a faceta propositiva de um projeto modernizador, isto é, destacando quais medidas estratégicas o Brasil deveria tomar para desenvolver-se, *Vidas secas* empreende uma crítica social a serviço desse ideal modernizante, apontando quais estruturas sociais, econômicas e culturais impediam o surgimento de um Brasil moderno e, por isso, precisavam ser removidas.

Dissertando sobre a relação do romance social com o Estado Novo, Daniel Faria (2007, p. 395) argumenta que “falar sobre a miséria social do sertão não constituía uma ameaça [para o Estado], uma vez que teria sido o próprio Estado quem começara a descer aos porões da realidade nacional”. Ao apontar as arbitrariedades dos “coronéis” nordestinos, “Graciliano Ramos poderia estar apenas descrevendo um problema histórico do Brasil, o das oligarquias em fase de superação” (Faria, 2007, p. 395). A investigação das mazelas brasileiras teria um caráter edificante, pois ajudaria a fazer um diagnóstico mais preciso dos problemas com o intuito de resolvê-los de modo mais eficiente. Diante do quadro apresentado, torna-se difícil afirmar que *Vidas secas* esteja “na contracorrente dos discursos patrióticos de integração que o Estado Novo constrói à época”, como afirma Wander de Melo Miranda (2000, p. 118), e não é possível concordar que o último romance de Graciliano constitui um “contraponto a uma ideia de nação e de desenvolvimento falsamente universais”, como sugere Ana Paula Pacheco (2015, p. 37).

Muito do equívoco dessas avaliações decorre de uma mirada anacrônica sobre as relações entre política e literatura nos anos 1930, um momento em que o Estado brasileiro promovia intensamente a investigação da realidade nacional com intuito de reformá-la. É importante ressaltar que ainda subsiste em *Vidas secas* fortes traços daquilo que Antonio Candido (1989, p. 143) chama de “consciência amena do atraso”, isto é, a consciência de que o atraso do Brasil era típico de um “país jovem”, que poderia ser sanado com medidas modernizadoras. Nessa moldura da “consciência amena do atraso”, denunciar os problemas estruturais do país não deixa de ser um modo de ajudá-lo. No artigo “A marcha para o campo”, Graciliano Ramos (1967, p. 126)

Editora responsável: Renata Francisco.

Recebido para publicação  
em 28 de dezembro de 2023.

Aprovado para publicação  
em 11 de julho de 2024.

#### NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

129, mai.–ago. 2024

pp. 343-367

admira a honestidade do discurso de Vargas, pois o então presidente confessa “que nos faltam muitas coisas”. Tal confissão tinha um efeito positivo, já que, ao apontar “as nossas deficiências, o sr. Getúlio Vargas mostra logo uma série de medidas que devem ser adotadas — e isto nos tranquiliza” (ibidem, p. 126). Na sua *Pequena história da República*, Graciliano Ramos (2020, p. 119) avalia que o grande legado da Revolução de 1930 foi ter transformado a discussão sobre a realidade brasileira, “badalada em artigo e discurso”, em senso comum e conclui que “várias pessoas se ocupam com os problemas nacionais, em estudos sérios que exigem observação e paciência”. Não se pode negar que o próprio Graciliano, por meio de seu romance *Vidas secas*, contribui para esse debate tão fecundo sobre os destinos do país, do qual também fizeram parte *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, *Evolução política do Brasil*, de Caio Prado Júnior, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, *Cacau*, de Jorge Amado, *Parque industrial*, de Patrícia Galvão, *Moleque Ricardo*, de José Lins do Rêgo, os murais de Candido Portinari e tantas outras produções culturais. Obras que mostravam os problemas brasileiros num momento em que o destino do país parecia lábil e aberto às várias possibilidades de resolvê-los. O povo era reformável e, com o receituário correto (progressista), podia melhorar sua situação. Que tal melhoramento implicasse um apagamento da imaginação política e do repertório cultural desse povo, eis um assunto que ainda precisa ser mais discutido na obra de Graciliano Ramos.

---

ALFREDO MELO [<https://orcid.org/0000-0002-7038-5749>] é professor associado de Literatura Brasileira na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. É um dos coordenadores do Kaliban — Centro de Pesquisa em Estudos Pós-Coloniais e Literatura Mundial (<https://www2.iel.unicamp.br/kaliban/>).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, Regina. *O enigma de Os sertões*. Rio de Janeiro: Rocco/Funarte, 1998.
- Andrada e Silva, José Bonifácio. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Publifolha, 2000.
- Andrade, Mário. “Elegia de Abril”. In: Andrade, Mário. *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Livraria Martins, 1972.
- Antelo, Raul. *Literatura em revista*. São Paulo: Ática, 1984.
- Bernucci, Leopoldo. *A imitação dos sentidos*. São Paulo: Edusp, 1995.
- Bosi, Alfredo. *Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- Botelho, André. “Anatomia de um medalhão”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 51, 2002, pp. 163-6.
- Bueno, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo/Campinas: Edusp/Ed. Unicamp, 2006.

- Candido, Antonio. "Prefácio". In: Miceli, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.
- Candido, Antonio. *Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.
- Candido, Antonio. *Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- Candido, Antonio. *Formação da literatura brasileira*, v. 1. 8. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.
- Carvalho, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- Condorcet, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat. *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.
- Cunha, Euclides. *Os sertões (campanha de Canudos)*. Ed. Leopoldo Bernucci. São Paulo: Ateliê Editorial/ Imprensa Oficial/ Arquivo do Estado, 2001.
- Dávila, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945)*. Trad. Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.
- Faria, Daniel. "Realidade e consciência nacional: o sentido político do modernismo". *História*, v. 26, n. 2, 2007, pp. 385-405.
- Galvão, Walnice Nogueira. *Formas do falso*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- Gil, Fernando. *Pelo prisma rural: ensaios de literatura brasileira*. Campinas: Ed. Unicamp, 2023.
- Johnson, Adriana Michele Campos. *Sentencing Canudos: Subalternity in the Backlands of Brazil*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2010.
- Lafetá, João Luiz. *1930: A crítica e o modernismo*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- Lima, Luiz Costa. *O Brasil de então e agora*. São Paulo: Ed. Unesp, 2023.
- Lima, Luiz Costa. *Trilogia do controle*. Rio de Janeiro: Toopbooks, 2007.
- Miceli, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- Miranda, Wander de Melo. "Introdução a *Vidas secas*". In: Santiago, Silviano. *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.
- Moraes, Dênis. *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- Nabuco, Joaquim. *Essencial*. Org. Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- Nabuco, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- Pacheco, Ana Paula. "O vaqueiro e o procurador dos pobres: *Vidas secas*". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 60, 2015, pp. 34-54.
- Pereira, Lúcia Miguel. "Vidas secas". *Boletim de Ariel*, n. 8, 1938, p. 221.
- Ramos, Graciliano. *Viagem*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.
- Ramos, Graciliano. *Linhas tortas*. São Paulo: Martins Fontes, 1967.
- Ramos, Graciliano. *Caetés*. Rio de Janeiro: Record, 1978.
- Ramos, Graciliano. "Decadência do romance brasileiro". In: Garbuglio, J. et al. (orgs.). *Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1987.
- Ramos, Graciliano. *Cartas*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- Ramos, Graciliano. *Vidas secas*. 87. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- Ramos, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 2011b.
- Ramos, Graciliano. *Conversas: Graciliano Ramos*. Ed. Ieda Lebensztayn e Thiago Mio Salla. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- Ramos, Graciliano. *Pequena história da República*. Rio de Janeiro: Record, 2020.
- Rebouças, André. *Agricultura nacional: estudos econômicos*. Rio de Janeiro: A. J. Lamoureux Co, 1883.



- Santiago, Silviano. "Mesa redonda". In: Garbuglio, J. et al. (orgs.). *Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1987.
- Salla, Thiago Mio. *Graciliano Ramos e a Cultura Política*. São Paulo: Edusp, 2015.
- Schwarcz, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientista, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- Schwarz, Roberto. "Uma aclimação do marxismo no Brasil". *Piauí*, n. 207, 2023.
- Sevcenko, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- Stepan, Nancy. *The Hour of Eugenics: Race, Gender and Nation in Latin America*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.
- Vargas, Getúlio. "No limiar de 1938". Biblioteca da Presidência da República, 1938. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1937/08.pdf/view>>. Acesso em: 15/7/2024.
- Villaça, Alcides. "Imagem de Fabiano". *Estudos Avançados*, v. 21, n. 60, 2007, pp. 235-46.



---

Este número foi financiado pela  
Fundação Carlos Chagas